

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Tauane Danelli

A INFLUÊNCIA DO JESUÍTA JOSÉ DE ANCHIETA NA
FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Passo Fundo

2016

Tauane Danelli

A INFLUÊNCIA DO JESUÍTA JOSÉ DE ANCHIETA NA
FORMAÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Monografia apresentada ao curso de Letras, Habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Letras, sob orientação da Prof^ª. Dr^ª. Ivânia Campigotto Aquino.

Passo Fundo

2016

Tauane Danelli

A influência do jesuíta José de Anchieta na formação do português brasileiro

Monografia apresentada ao curso de Letras, Habilitação em Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Respectivas Literaturas, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do grau de licenciado em Letras, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Ivânia Campigotto Aquino.

Aprovada em 07 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a. Ivânia Campigotto Aquino – UPF

Prof. Ms. Ricardo Moura Buchweitz – UPF

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, que com toda a sua paciência e dedicação me mostrou os caminhos a serem seguidos para que este trabalho se tornasse possível, sempre me incentivando e dando suporte no pouco tempo que lhe coube.

À minha família, que sempre me estimularam a dar o meu melhor e que sempre estarão ao meu lado para me acariciar nos momentos difíceis. Obrigada pela confiança depositada em mim e pela base que me deram.

Ao meu eterno namorado, meu marido, professor e eterno companheiro de vida. Zigomar Baroni Junior, o qual dedicou seu tempo para ouvir-me e acompanhar meu progresso. A ti, meu eterno amor, minha admiração pelo ser esplêndido, amável e paciente que és comigo. Amo-te!

Às minhas queridas colegas pela paciência, compreensão e amparo nos momentos difíceis dessa jornada. Obrigada pela convivência que me fez aprender um pouco com cada um. Sem o apoio de vocês, a trajetória seria mais árdua.

Aos meus amigos, que estiveram ao meu lado escutando pacientemente todas as novidades que descobria referente a este trabalho. Obrigada por me divertirem e dividirem comigo o peso das responsabilidades.

Enfim, a todos os demais que conviveram e contribuíram de alguma forma com o meu crescimento pessoal e profissional.

RESUMO

A dificuldade de assimilar a língua oral e os gestos utilizados pelos portugueses para comandar os povos nativos que encontraram na Colônia na época em que chegaram às terras, tornava a prática da colonização um processo intratável. Com a aproximação dos jesuítas para promover a difusão do catolicismo entre os povos tupis, o Padre José de Anchieta, jesuíta pertencente à Companhia de Jesus, tornou-se um estudioso da língua e publicou, em Coimbra, a Gramática Tupi. Devido à mistura de culturas e línguas, sucedeu-se uma formação linguística diversa, com léxicos presentes até o atual momento da história. Este trabalho de cunho bibliográfico procura identificar léxicos presentes na língua portuguesa brasileira, além de reconhecer palavras e expressões usadas na atualidade pelo povo brasileiro. Algumas marcas da língua Tupi também ficaram presentes na literatura, trazida por José de Alencar, o qual criou a linguagem indianista, que trouxe uma nova identidade à literatura brasileira. O presente estudo abrange um breve histórico da colonização na questão da comunicação.

Palavras-chave: José de Anchieta, português, língua.

ABSTRACT

The difficulty of assimilating the oral language and the gestures used by the Portuguese to command the native people they encountered in the Colony at the time they arrived at the lands, made the practice of colonization an intractable process. With the approach of the Jesuits to promote the diffusion of Catholicism among the Tupi peoples, Father José de Anchieta, a Jesuit belonging to the Society of Jesus, became a scholar of the language and published the Tupi Grammar in Coimbra. Due to the mix of cultures and languages, there was diverse language training, with lexicons present until the current moment in history. This work of bibliographical nature tries to identify lexicons present in the Brazilian Portuguese language and to recognize words and expressions used today by the Brazilian people. Some brands from the Tupi language were also present in the literature, brought by José de Alencar, who created the Indianist language that brought a new identity to Brazilian literature. This study covers a brief history of colonization on the issue of communication.

Keywords: José de Anchieta, Portuguese, language.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 OS INDÍGENAS E OS JESUÍTAS	10
1.1 A Companhia de Jesus	10
1.2 Projeto Missionário no Brasil.....	12
1.2.1 Atuação educacional da Companhia de Jesus: <i>Ratio Studiorum</i>	14
1.3 Os registros de viajantes: um diálogo com o olhar dos jesuítas	16
1.4 Padre José de Anchieta	17
2 A QUESTÃO DA GRAMATIZAÇÃO.....	20
2.1 Anchieta e a língua Tupi	20
2.2 Língua e reflexão	22
2.3 José de Alencar e o Indianismo	24
2.4 Léxicos Tupis presentes na Língua Portuguesa.....	26
3 A INFLUÊNCIA ANCHIETANA.....	30
3.1 A implantação do Português como língua oficial	30
3.2 Diferenças entre o Português Brasileiro e o Português de Portugal.....	31
3.3 Influência e contribuição jesuítica	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS	37

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa está inserido na área da Linguística, com ligação à Literatura, tendo como tema algo que está presente na história da língua e identidade cultural dos brasileiros: a implantação do Português como idioma oficial do Brasil.

Busca-se nesse estudo entender a relação que os jesuítas possuíam com a língua Tupi, bem como a influência do padre José de Anchieta na propagação da língua portuguesa entre os povos nativos da Colônia, com o propósito de compreender o processo do ensino catequético trazido pela Companhia de Jesus.

A língua portuguesa é originária da língua românica com derivação do latim vulgar. O idioma, que se originou no norte de Portugal e foi introduzido no oeste da península há cerca de dois mil anos, espalhou-se pelo mundo nos séculos XV e XVI, quando Portugal estabeleceu um império colonial e comercial no momento das grandes navegações.

Apesar de os portugueses chegarem às terras em que hoje encontra-se o Brasil em meados de 1500, o processo de colonização se efetivou por volta de 1532 e, junto com ele, a língua portuguesa começava a ser transportada para a Colônia. Em um novo espaço-tempo, a língua portuguesa entra em contato com os povos nativos que falavam outras línguas, em especial o tupi.

No período de colonização até meados de 1564, o português convivia na Colônia com as línguas nativas de cada tribo e as línguas gerais. As línguas gerais eram as línguas do tronco tupi faladas pela maioria da população nativa. O português, como língua oficial do Estado português, era empregado em documentos oficiais e praticado por quem era ligado à administração da Colônia.

Com a chegada da família Real à Colônia, a língua portuguesa misturou-se fortemente à língua tupi. Essa relação histórico-linguística da formação da língua portuguesa no Brasil estabelece um vínculo com o projeto colonizador português, ou seja, com base no catolicismo jesuítico. Com essa intenção, José de Anchieta, padre jesuítico pertencente à Companhia de Jesus, foi mandado à colônia com o intuito de catequizar os povos nativos. Por haver um contato constante e direto com o povo tupi, José de Anchieta descreveu gramaticalmente a língua tupi no século XVI, na sua obra *Arte da Gramática da Língua mais Usada na Costa do Brasil*, permitindo, assim, um avanço na evangelização.

A gramática escrita pelo jesuíta tinha como intenção fazer com que as línguas se encontrassem, pois a chegada dos portugueses na Colônia causou a necessidade de uma

comunicação cotidiana entre eles e os povos nativos.

Os jesuítas, sobretudo os autores das gramáticas, procuraram não só aperfeiçoar a própria aprendizagem, mas também estabilizar essa aprendizagem mediante a reflexão, a análise e a representação explícita das estruturas. [...] As gramáticas foram escritas em português. Mesmo quando os exemplos apresentam o tupinambá, o texto da gramática está em português. (NOLL; DIETRICH. 2010. P.50-51)

José de Anchieta efetuou traduções da língua portuguesa para o tupi com a intenção de ilustrar os conceitos cristãos para a educação religiosa dos povos nativos. As traduções de textos e as obras de José de Anchieta (1534-1597) em tupi destinadas à catequização pretendiam mesclar termos católicos e tupis. Segundo Alves Filho (2010, p.18), “não é difícil imaginar que o Brasil poderia ter se tornado um país genuinamente bilíngue”. Verifica-se que há uma herança da língua tupi, marcada em nomes de lugares, como *Pindamonhangaba*, em verbos, como *cutucar*, na fauna e em expressões populares, como *estar na pindaíba*.

Na questão da colonização portuguesa, pode-se verificar que no sentido dicionarizado de colonização não há referências às línguas nem aos colonizados, apenas há a de dominar política e economicamente um território. Em seu livro *Colonização Linguística*, Mariani ressalta essa ideia:

Colonizar supõe um contato entre diferenças, contato esse que se dá pelo uso da força, não se realizando, portanto, sem tensões e confrontos. Deve-se, então, dizer que tal noção apresenta mais de um sentido, conforme seja usada no discurso do colonizador ou no do colonizado. (MARIANI, 2004, p. 23).

O português brasileiro com o tempo vai apresentar um conjunto de características que geralmente não se encontram da mesma maneira que o português de Portugal, devido às novas e diferentes condições em que a língua passou a funcionar. É evidente que a caracterização do português no Brasil envolve a consideração das divisões a que a língua portuguesa está sujeita no Brasil. Há diversificadas características que podem ser atribuídas ao português do Brasil, bastando observar o modo como o português se divide em falares regionais distintos.

José de Anchieta foi relevante na difusão da língua portuguesa, principalmente na questão da unificação do país pela língua, rompendo os laços com o tupi. Houve uma junção linguística do tupi com o português trazido pelos colonizadores (Anchieta, 1977, p. 44). Nota-se que a língua utilizada no Brasil herdou um vasto vocabulário das línguas nativas, mas também está um pouco distante da língua portuguesa falada em Portugal. Essa pluralidade linguística-cultural fortaleceu as bases da construção da identidade do português brasileiro e que ainda continua num processo de formação da identidade cultural.

É importante resgatar a origem da língua falada no Brasil, de modo a apresentar alguns

desenvolvimentos linguísticos no Brasil sobre as origens do português brasileiro desde o século XVI e, ainda, nuançar relações dialógicas estabelecidas em variadas dimensões do contato entre os povos nativos e a América Portuguesa, mostrando as ligações das análises da literatura catequética e das problemáticas decorrentes. Devido à formação do português brasileiro, torna-se relevante, também, trazer variantes que se tornam explicitadas em uma pesquisa de caráter linguístico-literária.

Para alcançar o objetivo e responder às perguntas da pesquisa, o presente trabalho está assim organizado para introduzir as questões que se pretende responder. No primeiro capítulo, mostrar-se-á a historicidade da colonização do Brasil, juntamente com o conhecimento dos viajantes perante a colonização catequética dos jesuítas. As questões jesuíticas também serão apresentadas nesse capítulo, como o processo colonizador da Companhia de Jesus e o modo educacional que se fazia presente por tal Ordem religiosa, implicando na questão da Língua Tupi misturada a Língua Portuguesa originária de Portugal. No capítulo segundo, há a reflexão acerca da língua e a identificação de léxicos da Língua Tupi que se enraizaram na língua implantada como oficial na Colônia. Destarte, o terceiro capítulo implicará na influência que o padre missionário, José de Anchieta, teve na propagação da Língua Portuguesa originária de Portugal entre a língua dos povos nativos, o Tupi.

1 OS INDÍGENAS E OS JESUÍTAS

1.1 A Companhia de Jesus

A Companhia de Jesus, uma ordem religiosa que se estruturou em um contexto de conflitos e crescente decadência do catolicismo, tinha como propósito propagar a fé cristã e levar a verdade católica. Fundada em meados de 1534, em Paris, por um grupo de padres liderados por Inácio de Loyola, a Companhia de Jesus foi a ordem que mais se destacou dentro todas as demais que atuaram no período. Uma de suas principais características é que seus integrantes não ficavam fechados em mosteiros, mas atuavam mundo afora.

A Ordem chegou às terras em que hoje é o Brasil em 1549, representada por padres missionários, incluindo o padre José de Anchieta, o qual contribuiu com a educação empreendida pela ordem religiosa, e liderados por Manuel da Nóbrega (1517-1570), com a missão de catequizar e converter os nativos à religião católica. Na chegada ao Brasil, Manuel da Nóbrega relatou que os habitantes das novas terras eram povos tão brutos que não possuíam vocábulos, ou muito poucos, para declarar a fé, povos cujas características culturais eram desconhecidas pelos europeus. Sendo assim, os padres jesuítas passaram a conviver com os nativos, pois perceberam que para transformar a cultura de um povo, era preciso inserir-se nela.

De acordo com Costa e Menezes, a missão e a educação foram as atividades que diferenciavam a Companhia das demais ordens:

De início, é preciso considerar que as duas grandes atividades às quais os jesuítas deveram sua fama, a missão e a educação, não constavam dos primeiros objetivos da Companhia. A Ordem religiosa que nasceu sob o signo da Reforma Católica tornou-se missionária e educadora em resposta a desafios que lhe foram impostos pelos mandatários de estados católicos. (COSTA; MENEZES. 2005, p.33)

Os primeiros meses foram dedicados ao conhecimento do novo território e identificação dos desafios e problemas que enfrentariam. Porém, os jesuítas passaram a tratar os nativos de forma diferente, uma vez que, de início, a proposta de catequizá-los era amorosa. No entanto, isso não vinha surtindo efeito, visto que os nativos mostravam-se instáveis e não estavam aderindo à fé cristã. Assim, foi necessário alterar a forma de tratamento para com os nativos, passando de um modo tranquilo para a submissão por meio da força. Nota-se que foram encontradas muitas dificuldades pelos jesuítas para catequizar os nativos, pois o canibalismo, a poligamia e a nudez eram hábitos praticados por eles e

condenados pelos padres jesuítas.

Em seu artigo *As Traduções do Jesuíta José de Anchieta para o Tupi no Brasil Colonial*, publicado em 2010 pela Universidade de São Paulo, o professor Paulo Edson Alves Filho aponta como era difícil assimilar a língua oral e os gestos utilizados pelos portugueses para poderem comandar o povo existente na colônia e impor novas ordens, como obrigar os nativos ao trabalho escravo e a doutrinação católica, muitos indígenas rejeitavam a imposição portuguesa pelo fato de não entenderem o que estava sendo dito. Assim, não entendiam também que, resistindo aos comandos ou negando o parecer, estariam aceitando a própria condenação. Alfredo Bosi (1992, p.65) afirma:

Na passagem de uma esfera simbólica para a outra Anchieta encontrou óbices por vezes incontornáveis. Como dizer aos tupis, por exemplo, a palavra pecado se eles careciam até mesmo da sua noção, ao menos no registro que esta assumira ao longo da Idade Média europeia?

Como a Companhia tinha por prática registrar o falecimento de seus membros e, também, publicar um resumo sobre a vida e obra do membro falecido, redigiram muitos textos sobre a cronologia dos membros, assim como sua formação e ações feitas dentro da Companhia, tornando-se assim, a Companhia com maior publicação.

As atividades jesuíticas no Brasil duraram aproximadamente 200 anos, apoiadas pela coroa Portuguesa, a qual organizava e patrocinava as expedições de evangelização e a construção de igrejas e escolas, promovendo até mesmo aldeamentos para convergir os jesuítas e os povos nativos. Logo, a Igreja estava a serviço do Império português, que supervisionava os objetivos da colonização. Além de contar com o apoio financeiro da Coroa, os jesuítas também utilizavam a mão-de-obra dos nativos, fazendo com que a companhia de Jesus acumulasse um montante de bens.

O poder ideológico se dava através da educação nos colégios e nas missões, e da moral católica disseminada por toda a sociedade colonial. A Companhia de Jesus determinava o que era certo e o que era errado em termos de comportamento e costumes. Já para a Igreja Católica, o interesse era formar o “homem de fé”, enquanto que para Portugal, isso já não interessava mais este tipo de educação, por estarem perante a fase iluminista, que defendia o uso da razão para alcançar a liberdade e autonomia, contra o antigo regime mercantilista em que o poder era da igreja, pregando, também, uma maior liberdade econômica e política. Após a expulsão dos jesuítas, foram destruídos muitos livros e manuscritos pertencentes àquela ordem religiosa, além de Portugal confiscar os bens da Companhia.

Os jesuítas, com base no centro pedagógico, implementaram uma sistemática de suas atividades docentes, cuja lei orgânica é consagrada na publicação, em 1599, da *Ratio*

Studiorum. Os seus esforços dirigiam-se preferencialmente aonde os movimentos protestantes tinham uma maior penetração.

Durante o século XIX, a Companhia de Jesus teve uma vida um tanto atormentada. Tudo dependia do governo: se era conservador, os jesuítas eram aclamados; quando eram liberais, os jesuítas eram expulsos e, muitas vezes, perseguidos por não concordar com os ideais do governo atuante.

1.2 Projeto Missionário no Brasil

Ao mesmo tempo em que atuavam junto aos nativos, os jesuítas foram responsáveis pela fundação das primeiras instituições de ensino no Brasil, em consequência, todo acesso ao conhecimento era controlado pela Igreja.

Frente às ameaças do protestantismo, o Concílio de Trento (1545-1563) faz com que a Igreja Católica reconsiderasse a sua função educativa. Além da criação de novas escolas e da disciplina de gramática, a instrução religiosa e a catequese intensificaram-se. As normas da nova proposta de educação eram extremamente rigorosas, fazendo com que o projeto pedagógico da companhia de Jesus seja favorecido. Mesmo não sendo criada só com fins educacionais, logo a educação tornou-se uma das mais importantes atividades da Companhia.

De acordo com Neves (1978, p.29), o projeto missionário

[...] é um processo, um conjunto de políticas cuja formulação e implantação seriam impossíveis para um pensamento voltado apenas para si e para o alto. [...] Uma possível 'ignorância' teria efeitos letais para uma cristandade que tem que encarar um duplo desafio: o da perda de territórios tradicionais (pela Reforma) e o aparecimento de novos territórios (pelos 'Descobrimentos')

Os jesuítas, apesar de seu próprio projeto pedagógico de evangelização, só puderam aplicar o projeto missionário no Brasil porque se constituíram em peça fundamental do projeto português. Nesse caso, o Império financiava o projeto religioso, pois fazia parte do seu projeto o crescimento do cristianismo. O Império português aliou Fé e Império no projeto de civilização, visto que o poder político e a ideologia cristã fundem-se em uma única totalidade: o projeto colonial.

Havia duas estruturas educacionais dos jesuítas: as aldeias e as escolas. Na primeira, agrupavam-se povos nativos de diferentes culturas, com a finalidade de catequizá-los e civiliza-los no padrão cristão europeu. Já nas escolas, o ensino era destinados aos filhos de colonos, que além da catequização era ensinado a gramática. Assim, o processo de

catequização dos nativos se destaca como predominante no sistema educacional jesuítico, através do contato no dia a dia. Além disso, os missionários tiveram que adotar métodos eficazes para se adaptar à cultura, com o objetivo de impor a cultura cristã.

Outra dificuldade encontrada pelos jesuítas em relação aos nativos foi a falta de conhecimento das diversas línguas encontradas naquelas terras. Mas foi com a chegada de Anchieta que tais dificuldades encontradas foram sendo superadas. José de Anchieta parte de Lisboa em 8 de maio de 1553 e chega ao Brasil, mais precisamente na Bahia, em julho do mesmo ano, e assim que chega já escreve uma carta relatando quais foram suas primeiras impressões sobre os nativos aqui encontrados:

[...] Não são sujeitos a nenhum rei ou capitão, só têm em alguma conta os que alguma façanha fizeram, digna de homem valente, e por isso comumente recalcitrem, porque não há quem os obrigue a obedecer; os filhos dão obediência aos pais quando lhes parece; finalmente, cada um é rei em sua casa e vive como quer; pelo que nenhum ou certamente muito pouco fruto se pode colher deles, se a força e o auxílio do braço secular não acudirem para domá-los e submetê-los ao jugo da obediência (ANCHIETA, 1988, p.55).

Anchieta fica na Bahia até outubro de 1553 e logo parte em missão para São Vicente. Juntamente com Manuel da Nóbrega, Anchieta partiu para São Vicente, pois lá os jesuítas obtiveram um maior sucesso com os nativos. Ele chega ao seu destino em dezembro de 1553 e logo parte com mais irmãos jesuítas para a nova aldeia de Piratininga, onde constrói uma Igreja e uma casa. A vila passou a ser chamada de São Paulo. Vale destacar que José de Anchieta era teatrólogo e assim pôde desenvolver este trabalho com os nativos a fim de conseguir que os mesmos abandonassem o que consideravam maus costumes.

O fato é que os jesuítas muito se dedicaram à catequização. Por mais que não fosse o objetivo inicial da Companhia de Jesus, os padres construíram colégios e atuaram de maneira significativa na educação formal. Até que, durante o século XVIII, o Brasil tornou-se o cenário de uma luta com duas grandes forças: o governo e a igreja.

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, realizou a conhecida Reforma Pombalina, que pretendia transformar Portugal numa metrópole capitalista, assim como outros países europeus. Para Pombal, permitir que os nativos se casassem com os portugueses ajudaria na miscigenação e no crescimento populacional para que o Estado tivesse forças maiores nas fronteiras.

A Reforma Pombalina objetivava-se em auferir Portugal economicamente e culturalmente, comparando-o com outros povos europeus em relação ao capitalismo. Não

obstante, a educação jesuítica não importava a Marquês de Pombal em relação aos seus interesses comerciais, ou seja, a Companhia de Jesus preservava as escolas para responder aos interesses da fé, à medida que os interesses do Estado era prioridade para Pombal.

Os jesuítas ficaram incomodados quando os nativos passaram a ser livres, pois não queriam que a autoridade real intercedesse em seus assuntos. Além da Reforma, Pombal pretendia centralizar o poder econômico, fazendo com que os jesuítas fossem expulsos da Colônia e fechando os colégios jesuítas.

1.2.1 Atuação educacional da Companhia de Jesus: *Ratio Studiorum*

Os desafios mencionados motivaram, nos jesuítas, determinadas estratégias. Com o propósito de serem capazes de desempenhar seus objetivos, que seriam a catequização e a conversão, os padres da Companhia de Jesus desenvolveram meios de atuação.

Uma das estratégias adotadas pelos jesuítas a fim de conseguir alcançar os seus objetivos foi o aldeamento, que se trata de comunidades indígenas organizadas longe dos brancos, onde os jesuítas fundavam igrejas e as visitavam de tempos em tempos. Outra prática utilizada por eles foi privilegiar a educação das crianças indígenas; assim, acreditavam que, sendo educados ainda quando crianças, eles poderiam aderir de fato aos costumes cristãos.

Como versão final do *Ratio Studiorum* foi aprovada somente em 1599, após os jesuítas chegarem à Colônia e já adotarem métodos para introduzir a educação religiosa, nota-se dificuldades iniciais enfrentadas pelos jesuítas e os esforços empreendidos no sentido de cumprir sua missão de catequização. Na esfera da educação formal, os padres contaram com a experiência e desenvolveram práticas pedagógicas. O *Ratio Studiorum*, conforme mencionado inicialmente, expressa esse movimento. Nesse sentido, Franca afirma que:

O *Ratio*, portanto, é filho da experiência, não de um homem ou de um grupo fechado, mas de uma experiência comum, ampla de tal amplitude, no tempo e no espaço, que lhe assegura uma grandeza majestosa, talvez singular na história da pedagogia (FRANCA, 1952, p. 23).

Franca (1952) nos mostra que o código representado pelo *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu* caracteriza-se como um manual prático que preconiza métodos de ensino e orienta o professor na organização de suas aulas. O Plano contido no *Ratio* inicia-se

com as regras do provincial e de cada matéria de ensino, incluindo também, às regras da prova escrita e as regras das diversas academias. Além das regras e das normas, o *Ratio Studiorum* apresentava os níveis de ensino: Humanidades, denominado de “estudos inferiores”, cujo currículo abrangia cinco disciplinas, sendo elas, retórica, humanidades, gramática superior, gramática média e gramática inferior. A formação prosseguia com os cursos de Filosofia e Teologia, denominados de “estudos superiores”.

De acordo com Miranda (2009), o programa de estudos estabelecidos no *Ratio* é particularmente humanístico e, por esse aspecto o método obteve ampla influência em outras instituições escolares da Europa, podendo ser partilhados pela sociedade fora dos horizontes da Companhia de Jesus. Ressalta, ainda, que a originalidade do programa de estudos do *Ratio* consistia:

[...] por um lado, no fato de ele se destinar simultaneamente à formação de religiosos e de leigos; por outro lado, no fato de ele incluir, além da filosofia e da teologia, o estudo sistemático das humanidades: as línguas e a literatura, a retórica, a história, o teatro... Esse foi certamente o maior distintivo da proposta pedagógica da Companhia de Jesus. (MIRANDA, 2009, p. 27).

O *Ratio Studiorum* combinava os estudos humanísticos com os estudos científicos, uma vez que o objetivo era formar homens que soubessem pensar e escrever. Na pedagogia jesuítica, não se considerava os processos de educação e instrução como exclusivamente religiosos e que somente utilizaram-nas para promover a verdadeira religião, pois ambos andavam juntos. Utilizar os termos “instrução” e “educação” é indispensável dentro deste contexto histórico, dado que “instrução” possui uma relevância de ensino sistematizado, de modo mais formal, e a definição de “educação” vale-se de um significado moral, onde a formação do caráter cristão é feito diante dos valores do catolicismo, devendo, então, equilibrar a educação intelectual com a educação moral.

Em síntese, necessitamos compreender que o documento estudado permite perceber que os jesuítas tiveram êxito nas atividades desempenhadas. É perceptível a educação no período colonial, desde os primórdios até sua etapa mais sistematizada, com a elaboração do *Ratio Studiorum*, seja na formação do bom cristão, que era uma preocupação própria da época, como na formação de profissionais capacitados. Acredita-se que assim é possível apontar as principais características da educação no período colonial, um momento importante de nossa história.

1.3 Os registros de viajantes: um diálogo com o olhar dos jesuítas

Os viajantes foram caracterizados como sendo estrangeiros que não possuíam vínculos com a população do local visitado. Também eram denominados “viajantes” devido às travessias feitas pelo oceano e por continuarem explorando o território, sem um tempo de permanência imposto, mas com tempo limitado.

A literatura de viagem, segundo Leite (1996, p. 101), através do olhar estrangeiro dos viajantes, une exploração, aventuras, observações, impressões e representações, constituindo-se um tipo único de escrita. Os livros relatando as viagens são, portanto, vistos como um gênero próprio, não sendo somente um documento histórico, mas que produz representações sociais, relativas a uma experiência específica: a viagem.

Há vários relatos de viajantes sobre o território brasileiro ao ser descoberto. Porém, como a cultura dos nativos era ágrafa, isto é, não tinha alfabeto e, por isso, nenhum documento escrito na língua, e por não existirem, assim, registros documentais sobre o modo de vida antes do contato com o colonizador, haverá sempre uma lacuna relativa à descrição feita por um indivíduo pertencente a ela.

O primeiro relato foi a renomada *Carta de achamento do Brasil*, também conhecida como *A carta de Pero Vaz de Caminha*. Virou o primeiro manuscrito e teve como objeto a terra recém-descoberta. Encontra-se o primeiro registro de nosso país, feito por Pero Vaz de Caminha, escrivão do rei de Portugal. Deduz-se, então, que a intenção dos portugueses era explorar a propícia nova terra, que depois de contemplar as singularidades da terra recém-descoberta, Pero Vaz de Caminha deixou visível sua preocupação com a serventia que tal descoberta teria para Portugal, evidenciando, assim, os reais pressupostos dos portugueses.

Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepenete, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. [...] O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, e aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou a acenar com a mão para a terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olho para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata. (CAMINHA, 1500, p.4)

Um segundo relato, do alemão Hans Staden (1524-1576), foi feito em meados de 1554, quando o mesmo estava a serviço dos portugueses. Hans Staden descreveu em seu livro

Viagem ao Brasil, publicado em 1557, os costumes dos nativos, os incontáveis naufrágios que sofreu, relatou as plantas e animais, além de descrever toda a paisagem natural e marítima da costa brasileira. Descreveu, também, que foi capturado pelos nativos e que conviveu com eles por mais de nove meses. Em seu relato, não há evidências de que considerava os rituais dos nativos como demoníacos, mas que eram práticas mentirosas realizadas pelos pajés. Em seus falares:

Aqueles chocalhos são seus deuses. [...] Quando me vi pela primeira vez entre eles e me contaram isso, pensei no diabo, porque me disseram que os chocalhos falavam. Mas quando assisti à cena dos paygis com os tamarakas a eles levados, vi logo que era esperteza e pensei comigo: 'Pobre povo! Como está sendo iludido!'. (STADEN, 1945, p. 50-51).

Relatou, também, assim como Anchieta e Nóbrega haviam destacado, que os nativos tinham conhecimento sobre a ocorrência do dilúvio, história que está registrada da Bíblia e que faz parte dos conhecimentos cristãos. Além de compartilhada por Staden, a constatação sobre o conhecimento dos povos nativos sobre o dilúvio também está presente na narrativa do viajante francês Jean de Lery (1534-1611):

É verossímil que de pais a filhos ouvissem contar alguma coisa do dilúvio universal e do tempo de Noé e tivessem deturpado a verdade, como é hábito dos homens; e isso é tanto mais natural, quando, como vimos, não tendo nenhuma espécie de escritas, difícil se lhes torna conservar a pureza dos fatos ao transmiti-los; daí terem adicionado a fábula das árvores, tal qual o fariam os poetas. (LERY, 1972, p. 165-166).

A obra de Jean de Lery, publicada 18 anos após sua estadia na Colônia, destaca-se pela descrição da fauna e da flora, bem como a vida dos povos nativos. Entre os viajantes cronistas, talvez Lery fora o que mais tentou justificar os costumes dos povos através de conceitos da cultura europeia. Contudo, a concepção da religiosidade do selvagem, percebida tanto pelos jesuítas como por viajantes, é relativamente homogênea.

1.4 Padre José de Anchieta

José de Anchieta nasceu em 1534, de família rica, nas Ilhas Canárias, na Espanha, filho de Juan de Anchieta, um nobre que havia vindo dos países bascos da Espanha e tinha parentesco com a família de Inácio de Loyola, e de Mencia Diaz de Llarena, judia conversa, viúva, que possuía dois filhos do primeiro casamento.

Foi mandado aos estudos de Coimbra, com 14 anos, junto com um seu irmão mais velho, aonde em breve tempo, dando mostras de sua rara habilidade e felicíssima memória, veio a ser dos melhores estudantes da primeira classe, em prosa e em verso. Estudou no

colégio dos dominicanos, onde aprendeu o latim.

Em 1551, Anchieta entrou para a Companhia de Jesus, onde era obrigado a fazer votos de obediência, pobreza e castidade. Além disso, Anchieta teve de praticar os exercícios espirituais, que se trata de uma experiência profunda, realizada em silêncio interior e exterior, que conduz a pessoa a um verdadeiro conhecimento de si e a abre à descoberta da presença de Deus na sua vida.

Logo após seu ingresso na Companhia de Jesus, ele foi abalado por uma doença. Se essa enfermidade continuasse a interferir em suas atividades, as esperanças de ser jesuíta ruiriam: ele não poderia continuar na Ordem. Os votos lhe garantiam que estava sadio e que poderia continuar entre os filhos de Santo Inácio. Os médicos da época acreditavam que os ares do Novo Mundo seriam benéficos para sua recuperação e aconselharam sua transferência para o outro lado do Oceano Atlântico. Então, seus superiores o enviaram para exercer uma missão em terras do domínio português, na América.

Ao desembarcar nos novos ares, Anchieta teve seu primeiro contato com os nativos. José de Anchieta, junto com outros religiosos, tinha como o objetivo de catequizar os povos nativos, fundando, então, o primeiro Colégio Jesuíta. Celebra uma missa em homenagem ao Apóstolo São Paulo, em janeiro de 1554, onde iniciou a fundação da cidade de São Paulo, formando um pequeno povoado.

Para os nativos, foi médico, sacerdote e educador: cuidava do corpo, da alma e da mente. Na catequese, usava o teatro e a poesia, tornando a aprendizagem um processo prazeroso. Interpretar e traduzir o tupi foram as tarefas que Nóbrega deu a Anchieta. Em poucos meses, ele conseguiu entender e falar a língua dos nativos. Em um ano, ele já a dominava com plenitude a ponto de criar uma gramática, publicada em Coimbra em 1595. Ao longo de sua vida o padre criou muitos autos, cartas e poesias de natureza espiritual. Foi gramático, poeta, teatrólogo e historiador. Sua obra foi composta em quatro idiomas – português, castelhano, latim e tupi.

O primeiro relato biográfico sobre Anchieta foi feito pelo jesuíta Quirício Caxa em 1597, denominado *Breve relação da vida e morte do padre José de Anchieta*. Nascido em Cuenca, na Espanha, Caxa entrou na Companhia de Jesus com 21 anos e foi mandado ao Brasil em 1563. Seu texto tem como fontes principais os depoimentos de contemporâneos de Anchieta, sobretudo dos padres e irmãos da Companhia de Jesus.

Em sua prática apostólica, Anchieta percebe o interesse dos nativos pelo lúdico e usa de suas habilidades de poeta para uma escrita que os surpreende. Seu teatro inclui elementos da dos nativos e é através desse movimento que ele consegue, aos poucos, uma adesão dos

nativos às propostas da Companhia de Jesus. Seu último biógrafo, Padre Maia, diz que:

Anchieta decidiu levar a mensagem de Cristo para seus alunos por meio do coração. O processo mais prático, mais pedagógico, mais intuitivo não era fazer o índio compreender a religião: era, primeiro, fazer o índio gostar da religião. Foi com essa orientação que Anchieta se tornou dramaturgo, encontrando no teatro a forma adequada para a transmissão do cristianismo ao índio. Os atores eram os índios-alunos do Colégio de São Paulo, dirigidos pelo próprio Anchieta. (MAIA, 2004, p. 23-24).

A maneira como José de Anchieta desempenhava a catequese era cativante aos nativos, pois utilizava o canto, a poesia e o teatro como forma de mantê-los interessados. Essa iniciativa de Anchieta fez com que compusesse numerosos autos, que eram encenados com grande regalo e diversão pelos nativos. Tais apresentações eram tão bem encenadas e tão prazerosas, que se repetiram em diversos povoados.

A colonização brasileira não pode se desviar de admitir uma estreita relação entre a Igreja e o Estado. Da mesma forma, a escrita biográfica sobre Anchieta não deixará de receber diretamente a influência do desejo da companhia de Jesus em torná-lo santo.

Em 1585, fundou a aldeia de Guaraparim, onde hoje é Guarapari, no Espírito Santo. Morreu em 9 de junho de 1597, aos 63 anos em Reritiba, atual Anchieta. Os índios levaram seu corpo numa viagem de aproximadamente 80 quilômetros até Vitória, onde foi sepultado. Foi canonizado santo em 3 de abril de 2014, processo que demorou mais de 400 anos.

2 A QUESTÃO DA GRAMATIZAÇÃO

2.1 Anchieta e a língua Tupi

Como já visto anteriormente, para que os jesuítas tivessem sucesso em sua missão, era necessária a imersão na cultura dos povos nativos e que fosse possível estabelecer os fundamentos para a pregação da palavra de Deus através dos elementos culturais identificados. A própria língua Tupi destacava-se como um dos elementos mais marcantes da cultura dos nativos.

O argumento usado por Anchieta e seus companheiros era a necessidade da enculturação para que o Cristianismo se desenvolvesse gradativamente com base nos costumes pagãos. Essa premissa era posta em prática através da conservação de templos religiosos e apenas a destruição de ídolos. Também, a aspensão de água naqueles locais e a colocação de relíquias nos altares dos templos; além da eliminação de sacrifícios de animais aos ídolos para celebrarem datas comemorativas cristãs.

A realidade vivida pelos missionários no Brasil estabelecia adequações aos instrumentos de evangelização dos nativos, entre elas o aprendizado da Língua Tupi por parte dos jesuítas. O discurso do Papa Paulo VI foi antecipado pela utilização do Tupi para veicular a mensagem católica, onde afirmava que as línguas vernáculas haviam-se tornado a voz da Igreja.

Através de sua produção literária, Anchieta tornou-se o maior escritor da Língua Tupi da doutrina cristã, assim como produziu as peças teatrais e a primeira gramática da língua dos nativos. Seu contato com a língua inicia-se logo quando aporta na Bahia. No final de 1553, segue para São Vicente e, depois, para Piratininga, onde, por meio da convivência com os nativos, passa a adquirir proficiência em tupi, sua quarta língua além do português, espanhol e latim.

O Tupi – falado na maior parte da costa brasileira – apresentava variantes dialetais que não passaram despercebidas por Anchieta. A riqueza e a abrangência de sua *Arte da gramatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil* fazem-se prova da extrema intimidade e domínio que Anchieta adquiriu da língua dos nativos, mostrando que era pouco provável que suas transferências da mensagem católica à língua dos nativos tenham sido influenciadas por um conhecimento superficial.

A primeira sistematização que Anchieta aplicou à Língua Tupi foi a criação de uma escrita a ser adequada à língua ágrafa dos nativos. A ausência de tradição escrita fez com que

qualquer investigação acerca da origem e evolução da língua se tornasse impossível, portanto, a elaboração ortográfica foi determinada somente pela realidade fonética da língua.

A vinda do Padre José de Anchieta tinha como propósito lecionar gramática, mas a experiência propiciada em sala de aula através da prática teatral deixou o ensino gramatical com um realce menor. Além disso, percebe-se sua sublime competência linguística ao retornarmos ao ato de que escreveu em pouco tempo uma gramática da língua tupi. Deveras, a língua era um meio para o acesso á cultura dos nativos e para a realização da sua missão catequética, demonstrando seu engajamento com a comunicação.

Assim, José de Anchieta exprime que o foco do seu projeto não é somente a gramática, mas também a comunicação. Corrobora-se essa afirmação nos materiais que produz de próprio punho, dirigindo-se para a leitura além da gramática.

Chegado pois o Ir. José a São Vicente logo o Pe. Nóbrega ordenou que lesse gramática assim aos nossos como a muitos moços de fora, filhos dos portugueses. O que ele fez por alguns anos em Piratininga, por haver lá mais comodidade para a sustentação dos nossos, com muito proveito de todos e não com menos trabalho seu. Porque além do que o ler traz consigo, e sofrer a rudeza ou negligência dos discípulos, teve ele outros particulares, pela muita pobreza de que se padecia e falta de outras achegas necessárias. Não havia artes nem livros por onde os estudantes aprendessem, pelo que lhe era a ele necessário suprir com a sua pena escrevendolhes, por sua mão, o necessário para suprir a falta de livros. E como todo o dia tinha bem ocupado, era forçado cortar pelo sono. E assim ordinariamente não dormia senão 3 ou 4 horas e muitas vezes menos (CAXA, 1957, p.17).

O teatro transformava-se em seu grande artifício pedagógico influenciado pelo contexto no qual se encontrava. Ele observou a cultura dos nativos e utilizou sua linguagem para somar a mesma em suas peças destacando, portanto, “uma observação dos interesses e eventuais necessidades e fantasias dos participantes para compor objetivos do curso” (ALMEIDA FILHO, 2001). Além disso, ele demonstrava interesse em saber do que os nativos gostavam como forma de saber como propagar seu projeto.

O sacerdote professor também procurava a inclusão de variadas culturas como uma forma de incorporação da cultura do aprendiz, o que nos remete a um dos sentidos centrais do paradigma comunicativo: “o processo complexo de ensinar e aprender línguas no qual a dimensão lingüística da forma não é a mais importante, mas subsidiária da dimensão social, cultural e eventualmente política”. (ALMEIDA FILHO, 2001).

Conforme analisado anteriormente, em último caso a gramática de Anchieta torna-se um objeto documental de quanto o Tupi se distancia do português ou de qualquer língua latina que fosse falada pelos portugueses em solo brasílico. Não é correto acreditarmos que, com a sistematização do tupi pelos jesuítas, fora criado um tupi jesuítico, afinal, a língua

documentada equivalia exatamente à língua falada no cotidiano dos nativos, como afirmam os relatos de Lery e Staden.

A aquisição da Língua Tupi, auxiliada por uma gramática, seria uma condição sem a qual não haveria para a atuação dos jesuítas com os nativos. Essa possibilidade de comunicação entre os europeus e os nativos auxiliava o intercâmbio cultural: aos nativos, seriam entregues os conceitos e regras cristãs e aos missionários seria concedida a oportunidade maior de aproximação das almas dos nativos.

2.2 Língua e reflexão

Anchieta dedicou-se à elaboração, tradução e adaptação de literatura cristã para a língua tupi durante os mais de quarenta anos que passou na Colônia, até a sua morte em 1597. Deixou importantes registros etnográficos, o que se entende por etnografia é que é “a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo objetivando entender um outro modo de vida, mas do ponto de vista do informante/pesquisador”. Além de sua Gramática, deixou uma vasta herança de cartas destinadas a diversos integrantes da Companhia de Jesus na Europa, nas quais descreve aspectos do cotidiano jesuítico, a fauna, a flora e os costumes dos nativos.

Considerado o escritor mais ativo de obras em tupi entre seus companheiros de catequese, necessitava de materiais litúrgicos para a realização da tarefa missionária. Sua habilidade em língua logo foi evidenciada em sua função de professor de latim, onde lecionava para irmãos maiores, que seriam sacerdotes futuramente, a irmãos menores, que seriam pequenos seminaristas, e aos nativos mais jovens. Alguns de seus escritos logo seriam levados para serem utilizados como guias nas atividades evangelizadoras de outros missionários da Companhia de Jesus. Para Cardoso (1984), Anchieta havia sido o “missionário dos missionários”.

É na obra de Anchieta que as orações e enunciados transcritos para o tupi encontram os termos ideais, do ponto de vista jesuítico, para serem utilizados na catequese. Antes dos trabalhos de Anchieta, ocorriam dúvidas quanto à adequação de vocábulos e expressões utilizados por outros missionários. Assim como os diálogos, Anchieta apresentava uma dinâmica de conversação em língua tupi, trazendo uma nova formatação do discurso na língua dos nativos, feita com a introdução de rimas. Desse modo, adaptou cantigas dos colonos europeus em letras de cunho religioso e, mandando copiá-las, fazia com que crianças e jovens

a cantassem.

Anchieta contribuiu para um sincretismo religioso que era lentamente adaptado ao imaginário dos nativos. Os jesuítas, em especial José de Anchieta, tentavam transferir um conjunto de conceitos de uma cultura a outra, não estando totalmente relacionadas entre si obtendo resultados que geralmente eram imprevisíveis. Bosi salienta:

Na passagem de uma esfera simbólica para a outra Anchieta encontrou óbices por vezes incontornáveis. Como dizer aos tupis, por exemplo, a palavra “pecado”, se eles careciam até mesmo da sua noção, ao menos no registro que esta assumira ao longo da Idade Média europeia? (BOSI, 1992, p.68).

Os “línguas”, expressão que indicavam os jesuítas proficientes em tupi, viriam com a intenção de tomar o lugar dos pajés e caraíbas, senhores das aldeias até então. Ambos possuíam instrumentos de coerção. Entretanto, tanto a estética quanto a fluência dos discursos dos portugueses e dos nativos também eram distintos.

A gramatização das línguas indígenas teve início no Brasil com a obra *Arte da Grammatica da lingoa mais usada na costa do Brasil*, escrita por José de Anchieta, que, dessa forma, insere o Brasil no movimento de gramatização das línguas do mundo, no início do século XVI. Por gramatização, Aurox descreve que “por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (Aurox, 1992, p.65).

Para o Império Português, a imposição da língua portuguesa “representava a possibilidade de domesticação e absorção das diferenças dos povos e culturas indígenas que se encontravam fora dos parâmetros do que se entendia como civilização na época” (MARIANI, 2004, p. 95). Após o movimento da Contra Reforma, a Igreja procurava expandir a evangelização através da utilização da língua vulgar local, que no caso era a língua tupi, língua indígena predominantemente falada na costa do Brasil, e que, nas primeiras décadas de colonização, era denominada *língua brasílica*, eleita como língua *geral* pelos jesuítas e, apesar da diversidade linguística existente, os interesses de gramatização focaram-se nela.

O esforço português de civilizar os nativos nada mais era senão incluí-los aos moldes de civilização europeia. O objetivo conjunto do Estado e da Igreja nada mais era que um sistema de padroado, ou seja, por um lado o papa contribuía com a Coroa em atividades de hierarquia religiosa; do outro, a Coroa tinha a tarefa de evangelizar os novos habitantes. Assim, a Companhia de Jesus era a única ordem religiosa que possuía mais independência e um acesso mais direto ao papa, com menos sujeição à vontade da Coroa. Assim como a

Grammatica de Anchieta, outros religiosos escreveram e divulgaram obras sobre a *língua geral* durante os três séculos da colonização. Os mesmos impulsionaram um conhecimento da língua, tanto em função de evangelização quanto em concepções teológicas.

A reforma pombalina em 1759 determinou a expulsão dos jesuítas, a proibição do uso da língua geral e a imposição do português como a língua oficial. Porém, uma tensão era produzida entre as línguas que circulavam na colônia. As línguas indígenas específicas continuavam sendo faladas em lugares restritos das aldeias, e as línguas geral e portuguesa disputavam espaços de comunicação. Também não se pode fechar os olhos ao fato em relação à presença de palavras oriundas das línguas indígenas, como em nomes de lugares, de pessoas, na culinária e outros segmentos.

2.3 José de Alencar e o Indianismo

Conforme dito anteriormente, alguns léxicos da língua indígena continuam presentes no português brasileiro. Assim, a literatura também obteve influência na composição das obras, principalmente na época do Quinhentismo. A seguir, relatar-se-á sobre a linguagem indianista do escritor José de Alencar em algumas das suas obras, dentre as principais *Iracema*, que conta a história de uma índia que se apaixona por um branco colonizador. Alencar e outros escritores nacionalistas românticos decidiram criar um projeto de literatura nacional, com traços próprios do Brasil.

José de Alencar foi um escritor brasileiro de meados do século XIX, que desempenhou atividades de jornalista, advogado e político. Nasceu em 1829, no Ceará, e faleceu em 1877, no Rio de Janeiro. Encaminhou-se no tempo e no espaço para construir um painel da diversidade social, cultural e natural do Brasil.

A fase indianista de José de Alencar ocorreu na publicação de *Iracema*, lançado em 1865. O romance, com seu propósito nacionalista e preocupação com a história, enaltece a natureza brasileira, trata das ideias e costumes dos nativos, mesclando personagens reais com fictícios, abordando a formação do Ceará e o primeiro contato do povo nativo com seu invasor europeu. Em relação à obra, a índia *Iracema*, que em tupi significa “lábios de mel”, se apaixona pelo português Martin. Ambos envolvem-se no romance e, depois de alguns empecilhos, vivem-no, fazendo com que esse amor prevaleça ao chegar o nascimento do filho, Moacir, simbolizando, também, o nascimento da nova sociedade. *Iracema*, que é a personificação da América, também é a personificação da terra nova, virgem e selvagem,

conquistada por Martin, assim como a América é invadida e conquistada pelos portugueses.

O projeto de Alencar propõe uma textualização dos mitos fundacionais, genealogias e origens do Brasil e produz obras que tentam contemplar os vários tipos que compõem a nossa diversidade: o gaúcho, o índio, o bandeirante, o sertanejo. Só que o intuito de Alencar era construir uma imagem brasileira, valorizando o elemento nacional: ele se apropria da imagem do índio para transformá-lo definitivamente em símbolo nacional.

O período romântico representou a tendência de um povo que vinha de um colonialismo puro e que mantinha pilares do poder agrário e uma monarquia conservadora. Assim, homens letrados ansiavam por um passado de glórias, desse modo, Bosi ressalta que “os exemplos mais persuasivos vêm dos melhores escritores. O romance colonial de Alencar e a poesia indianista de Gonçalves Dias nascem da aspiração de fundar um passado mítico à nobreza recente do país.” (BOSI, 2001, p.92).

José de Alencar criou mitos com as qualidades que mais valorizava, como a pureza e a coragem. No romance nativista *Iracema*, o mito do bom selvagem desdobrou-se em heróis que ganharam vida em uma paisagem natural retratada por Alencar. Bosi descreve:

O Brasil ideal de Alencar seria uma espécie de cenário selvagem onde, expulsos os portugueses, reinariam capitães altivos, senhores de braço e cutelo rodeados de sertanejos e peões, livres sim, mas fiéis até a morte. (...) Esses traços ideológicos, insistentes nos painéis coloniais e nativos como na obra *Ubirajara*, afinam-se na prosa lírica de *Iracema*, obra-prima onde se decantam os dons de um Alencar paisagista e pintor de perfis firmes e claros na sua admirável delicadeza. (BOSI, 2001, p.138-139).

Iracema sendo um dos romances indianistas de Alencar que tem como propósito exaltar a natureza, a pátria e colocar o nativo como um herói nacional, fazendo a representação fiel do mito do bom selvagem de Rousseau. A visão de José de Alencar do nativo vista no romance é de que o “bom índio” deve ter orientação religiosa católica e ainda ser o representante do homem nacional. Para ele, o brasileiro é resultado da miscigenação entre o povo branco europeu e o nativo, tal qual representa em sua obra *Moacir*, o filho de *Iracema* e *Martim*.

O indianismo deu a José de Alencar muita popularidade, e que além de refletir o nacionalismo e a natureza, o escritor revela também uma preocupação histórica. Em *Iracema*, Alencar mostra o nativo – no caso *Iracema* – em seu primeiro contato com o colonizador. Idealizando, Alencar tenta mostrar que o contato do nativo com o povo europeu foi pacífico, porém, sabemos que historicamente não foi assim que essa relação se deu.

Com a chegada do Romantismo e pelo movimento romântico que visava a valorização

das origens nacionalista, surgiu o romance indianista, em que José de Alencar torna-se o principal representante dessa literatura. Alencar manifestava que os brasileiros tinham como direito ter uma língua própria sem a influência europeia.

Outra obra de José de Alencar que retrata o indianismo é *Ubirajara*, o último romance escrito por ele no gênero indianista. A narrativa fala de um índio que luta para se tornar guerreiro, sendo reconhecido como herói. Torna-se conhecido como *Ubirajara*, que na língua tupi significa “homem da lança”. Conhece Araci, uma índia filha de um chefe indígena, a qual está à procura de um pretendente. *Ubirajara* se esforça para conseguir ser o pretendente de Araci e, sabendo que era pretendente a outra índia, Jandira, forma um triângulo amoroso. Ao final, o pai de Araci descobre que *Ubirajara* era da tribo inimiga e o prende. Acontece, então, uma invasão e *Ubirajara* torna-se líder de ambas as tribos, casando com Araci e Jandira.

Alencar buscou em suas obras indianistas um abasileiramento da língua e cultura. Há muita riqueza histórica e literária para a cultura brasileira, sobretudo na arte. Conquanto, trabalharemos com o plano lexical com o que diz respeito ao sentimento nacionalista e o abasileiramento da linguagem, visto que o autor criou novos vocábulos ou deu novos significados a palavras que já existiam.

2.4 Léxicos Tupis presentes na Língua Portuguesa

Nas obras de José de Alencar, percebe-se que o autor intercalou termos ou até mesmo criou novos vocábulos da língua indígena, usando a linguagem de origem tupi, para tentar divulgar uma linguagem que ele considerava propriamente brasileira. Podemos observar a ideologia nacionalista e sua admiração pelos nativos no início do livro *Ubirajara*:

Nenhum título responde melhor pela propriedade, como pela modéstia, às tradições da pátria indígena. Quem por desfastio percorrer estas páginas, se não tiver estudado com alma brasileira o berço de nossa nacionalidade, há de estranhar entre outras coisas magnanimidade que ressumbra no drama selvagem a formar-lhe o vigoroso relevo. (ALENCAR, 1966, p. 1)

Sabe-se que há duas maneiras de aprender uma língua: de maneira natural, onde o contato com a língua é movido pela comunicação natural, onde o indivíduo memoriza e descreve-a com base em sua competência natural; e a outra, de maneira artificial, onde o sujeito consulta a gramática e/ou dicionário para apreender a língua pretendida. Conforme consulta ao dicionário online Michaelis, a definição de léxico se dá por meio de um conjunto de palavras com características sintáticas de um idioma usado de maneira peculiar. Podemos

perceber, então, que o léxico é o reflexo da cultura de uma sociedade e que está ligado diretamente na maneira como ele a organiza e nomeia tudo o que existe.

Os povos nativos que viviam na Colônia possuíam uma língua natural, porém ela não era dicionarizada. A formação dos léxicos usados pelos nativos era uma ferramenta de nomeação e classificação dos acontecimentos do mundo. Vilela (1994) ressalta que o léxico é uma coleção de saberes linguísticos, sendo a janela que o povo vê o mundo, e que a partilha dos saberes existe somente na consciência dos falantes duma sociedade. A constituição de uma língua pode ser estudada através dos léxicos, reunindo informações a respeito das particularidades de uma comunidade e elementos de estudo histórico-culturais da construção de um povo. O contato linguístico é um causador das mudanças que ocorrem no sistema linguístico das línguas, tanto na fonologia, na morfologia, na sintaxe e no léxico.

O contato dos povos nativos existentes na Colônia no século XVI com o seu povo colonizador, no caso Portugal, é um exemplo de miscigenação de línguas através do contato linguístico e de fatores externos, como a economia e política. A Língua Portuguesa muito influenciou nas línguas que já existiam, instituindo modificações e até mesmo a substituição da língua nativa pela portuguesa, conforme visto nos capítulos anteriores.

A língua tupi-guarani, que se expandia desde o sul da colônia, onde é o atual estado do Rio Grande do Sul, até o sul do atual estado de São Paulo e do litoral de São Paulo até o leste do atual estado do Maranhão, incluía por volta de 39 idiomas indígenas em meados do século XVI. Os jesuítas, e boa parte da administração colonial, utilizavam a língua tupi, ou língua geral como era conhecida, mesmo que nas escolas jesuíticas fossem ensinados a ler e a escrever em português ou latim. Segundo a visão do professor Paulo Edson (2010) e sua ideologia, o Brasil poderia ter se tornado um país bilíngue, assim como o Paraguai, onde os espanhóis catequizaram os povos nativos que lá viviam e hoje a população, ou sua maioria, fala o guarani e o espanhol.

O Tupi foi o grupo linguístico predominante da Colônia no século XVI e que teve um maior contato com os colonizadores. Na chegada do povo europeu colonizador, as variantes linguísticas dos povos tupis viviam de norte a sul do litoral da Colônia, conforme retrata a figura abaixo:



Distribuição de variantes dialetais do tupi.

Fonte: Prezia, Benedito. Brasil Indígena, Ed. FTD, 2000.

Figura 1

Atualmente, os povos tupis vivem em todo o território brasileiro, mas a sua maior população encontra-se no noroeste do Brasil, e a família linguística mais popularizada é o Tupi-Guarani, com um número de falantes extenso pertencentes aos troncos tupis, segundo o Instituto Socioambiental (ISA).

Por muitos anos, a Colônia falou uma língua a qual denominaram de língua geral, que era uma mistura entre o português, trazido pelos colonizadores, e as diversas línguas nativas que existiam no território. Em meados do século XVIII, o português tornou-se a língua predominante, pois Marquês de Pombal estabeleceu o Diretório dos Índios, declarando que a língua oficial era a língua do Rei. Desse modo, a língua geral silenciou-se, mas não sumiu do vocabulário existente hoje no Brasil.

A língua do tronco linguístico do Tupi deixou uma vasta herança de vocabulário, principalmente em relação à fauna e flora, como nos nomes dos peixes baiacu, lambari,

piranha; nas aves chamadas jacu e seriema; árvores conhecidas como embaúba, jacarandá e copaíba; e nas frutas abacaxi, cajá, mangaba e maracujá. Alguns nomes de lugares, como Paraíba, que tem como significado “rio ruim”, Moji-Mirim, que é rio de pequenas cobras e Ubatuba, lugar onde há cana para flechas. Verbos como socar e cutucar também tem influência do tronco Tupi.

Os traços linguísticos do português do Brasil são oriundos de muitos empréstimos, entre eles do tupi, o que se entende por esse processo de tupinismo. O tupinismo constitui um farto exemplo de empréstimos, deixando, assim, sua marca no enriquecimento lexical da nossa língua. Vilela refere-se historicamente ao léxico proveniente dos empréstimos:

Podemos dizer que o empréstimo é o domínio do adstrato, mas substratos e superstratos e foram superstratos foram a dado momento, empréstimos, pois participaram no desenvolvimento histórico da língua formal e conteudisticamente, não se distinguindo do tesouro comum da língua (VILELA, 1994, p.17).

O contato entre os povos nativos e os portugueses houve uma troca de conhecimentos, pois os portugueses conseguiram adquirir as línguas dos nativos e foram inserindo, aos poucos, em seus vocábulos com os léxicos presentes em elementos da fauna e flora e, também, em objetos e conceitos da sua cultura. Durante a colonização, a língua portuguesa sofreu diversas mudanças, contribuindo para a formação de uma língua com traços dos nativos e dos portugueses.

3 A INFLUÊNCIA ANCHIETANA

3.1 A implantação do Português como língua oficial

A colonização do Brasil se efetivou em 1532, quando as primeiras vilas foram fundadas por Martim Afonso de Souza, que chegou a mando da Coroa para com o objetivo de fundar povoamentos e explorar os bens naturais do novo território.

As obras e traduções de Anchieta eram destinadas à catequização dos indígenas, mas sabe-se que a pretensão dos jesuítas seria trazer a “verdadeira” fé e implantar o Cristianismo. Os jesuítas queriam abolir alguns costumes do povo nativo, como a nudez e a poligamia, pois acreditavam que estes estavam sendo regidos pelo “demônio”, mas, por ser um trabalho perigoso segundo as concepções do Catolicismo, acabaram se adequando às peculiaridades daquele povo. Os portugueses utilizavam gestos para poder comunicar-se com os nativos, uma vez que a assimilação com a língua oral era incompreensível.

Mariani (2004) chama de colonização linguística o processo histórico que uniu a Coroa Portuguesa e a Igreja em um projeto político-linguístico, pois acredita que um processo de colonização não acontece sem as línguas e, ao descrevê-las, há uma incapacidade já pré-construída de questão linguística-cultural da língua.

Entre os séculos XVII e XVIII, a língua de tronco tupi foi praticamente exterminada por consequência da elevada imigração portuguesa e a inserção de escravos africanos para a exploração da mão de obra, porém os jesuítas conseguiram fazer com que a língua permanecesse em algumas localidades interioranas. A partir disso, o português se consolida e as línguas nativas passam a serem escassas, outras até desaparecem.

A língua portuguesa ganhou espaço somente quando o Marquês de Pombal proibiu o uso das línguas nativas das novas terras, pois alegava que só era permitida a língua do Rei, o qual falava somente a língua portuguesa. Além da proibição das falas em línguas nativas, Pombal expulsou os missionários jesuítas das terras colonizadas, fazendo com que os colégios catequéticos fossem substituídos por aulas de gramática portuguesa.

Logo, ao contrário do que alguns afirmavam, a língua portuguesa foi implantada não por ser uma língua mais rica ou superior à língua tupi, mas por haver um ato político em defesa da língua do colonizador, a qual se tornou oficial partindo desse posicionamento. Como já havia sendo ensinado nas escolas, o português teve condições favoráveis para se alastrar pela Colônia, tanto se avançou que não havia mais educadores que catequizessem em tupi.

A chegada da língua portuguesa para a Colônia deu-se durante todo o processo de colonização e seu contato não foi obtido somente com a língua nativa que existia quando os portugueses chegaram. A questão da chegada de novos escravos vindos da África para a mão de obra escrava, a imigração europeia durante o processo colonizador e a vinda de portugueses de várias regiões de Portugal para o povoamento das novas terras fez com que o português do Brasil tivesse uma série de características distintas do português de Portugal.

Assim, o idioma português foi se juntando à família linguística tupi-guarani. A língua portuguesa falada no Brasil herdou um vasto vocabulário das línguas indígenas. Deste modo, a língua portuguesa no Brasil foi se distanciando da língua portuguesa falada em Portugal. Essa pluralidade linguístico-cultural fortaleceu as bases da construção da identidade do português brasileiro, que sofreu profundas mudanças e continua num processo de construção de sua identidade.

3.2 Diferenças entre o Português Brasileiro e o Português de Portugal

Devido às diversas mudanças que uma língua sofre ao longo do tempo, além da questão da colonização linguística referida por Mariani no Brasil, a língua portuguesa não ficou de fora dessas mudanças. As diferenças existentes numa mesma língua dizem respeito ao fato de que muitas palavras tiveram outros sentidos ou foram incorporadas a partir da influência de outras línguas com quem mantêm relações, como no caso do Brasil, as línguas africanas e nativas.

Com a vinda da família Real, a população portuguesa aumentou na Colônia. Outro efeito importante relacionado a isso foi a circulação da língua portuguesa devido a criação da imprensa no Brasil e da Biblioteca Nacional, uma vez que a língua do rei e da corte pode propagar-se além da linguagem oral, passando também à forma escrita. As línguas nativas já existiam no Brasil antes da chegada da corte portuguesa e, logo após, as línguas africanas chegaram devido à mão de obra escrava. Essas línguas eram consideradas pelo povo colonizador como línguas primitivas que deviam ser civilizadas, como no caso da língua nativa, ou escravizada, no caso da língua africana. Para Silva Neto, a língua no primeiro século de colonização reduziu a língua a crioulo ou semicrioulo:

No Brasil os colonizadores encontram-se em presença de populações indígenas, e logo depois veem-se forçados, pelas exigências dos trabalhos, a importar escravos de África. [...] É natural, portanto, que no decorrer deste primeiro século de colonização se tenha formado entre estes índios negros e mestiços, uma linguagem rude de gente

inculta, denominada *crioulo* ou *semicrioulo* pela linguística moderna. (SILVA NETO, 1986b [1950], p.113).

O português no Brasil vai apresentar uma série de características ao longo do tempo que se diferenciam da língua falada em Portugal. Isso faz parte de toda a contribuição cultural que os variados povos proporcionaram à construção de uma língua com a identidade da Colônia. Silva Neto destaca, também, que os índios possuíam como vantagem estarem em maior número e por seu modo de vida estavam adaptado ao habitat, e, por isso, passaram muitos traços da sua cultura ao povo colonizador.

Porém, há uma diferenciação da língua geral, utilizada na Colônia, com a língua que os jesuítas utilizavam, a *brasílica*. Para Mattoso Câmara,

É (o tupi jesuítico) uma sistematização simplificada [...], em que se deixa de lado tudo aquilo que atrapalha e não prejudica essencialmente [...]; é uma língua franca, isto é, de intercurso [...], a chamada língua geral [...]; fez (o missionário) um trabalho de disciplinação, de interpretação do tupi, de acordo com certos ideais, certos preconceitos sobre a gramática geral, que era no fundo a gramática latina; todo o léxico, toda a semântica da língua se adaptou à visão cósmica ocidental, dando-se uma transformação geral no quadro das significações da língua tupi. (CÂMARA JR., 1965, p.101).

Assim, se a língua é a visão de mundo e também a expressão de uma cultura, é visível que ela irá adaptar-se a novos conceitos e culturas. Foi desse modo que a língua tupi, ao entrar em contato com a língua portuguesa, sofreu algumas alterações, tanto na fala quanto, futuramente, na escrita. O mesmo aconteceu no inverso: o português, ao entrar em contato com os nativos que habitavam a Colônia a ser explorada, sofreu modificações a partir do momento em que foi inserida a uma nova cultura.

Para poder entender o português brasileiro atual, é preciso traçar um esboço da história da língua portuguesa e sua expansão pelo território brasileiro para facilitar a compreensão do estudo da língua. Segundo Ayron Rodrigues (1986), foi a partir da metade do século XVIII que a língua portuguesa começa a se expandir pelo território brasileiro. O autor afirma que a concorrência com as outras línguas foi o principal fato motivador da colonização linguística dos portugueses na Colônia. Todavia, essa concorrência com as demais línguas tornou-se desigual, pois os portugueses contavam com o apoio da Coroa Portuguesa, o que permitiu que fundassem novas vilas e, para estas vilas, foram trazidas pessoas que falavam apenas o português, uma vez que o Diretório de Pombal proibiu fazer uso das línguas nativas. Devido à Guerra Guaranítica, na região Sul da Colônia, em que muitos nativos guaranis viviam, a língua nativa foi praticamente extinta. Outro fator que contribuiu nessa região a favor da

língua portuguesa, foi a chegada de imigrações açorianas.

Dante Lucchesi diz, em sua obra intitulada *A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular*, que o atual português brasileiro é dividido em português popular e português culto, propondo a distinção entre a norma culta e a norma padrão. Ele distingue a norma culta como os protótipos de fala das classes sociais mais escolarizadas e a norma padrão como os paradigmas linguísticos das gramáticas normativas, as quais estão em oposição à norma popular, que é utilizada em termos socioeconômicos pela sociedade menos favorecida.

Outra consideração feita por Dante Lucchesi é que a compreensão dos processos de mudança da língua que podemos observar no português popular é crucial para que possamos entender as diferenças existentes entre o português brasileiro e o português europeu. Lucchesi justifica sua defesa:

defenderei, a partir do quadro bipolarizado com o qual caracterizei a realidade linguística brasileira, que o contato do português com línguas indígenas e africanas, principalmente as últimas, desempenhou um papel decisivo na formação do português *substandard* [português popular] e que, através da interação deste com português *standard* [português culto], se pode, em parte, explicar as diferenças com o português europeu. (LUCCHESI, 1998, p.76-77).

Já o português culto desenvolveu-se nos centros urbanos em que a elite portuguesa e a administração da Colônia estavam presentes, ocorrência que influenciou cultural e linguisticamente para os padrões dos portugueses. Em meados do século XIX, quando o Brasil já era independente, começaram a surgir as primeiras manifestações nacionalistas, tanto no objetivo cultural quanto no linguístico. No século seguinte, devido à urbanização e a industrialização, o português culto distanciou-se do português padrão. Assim, as alterações sofridas pelo português europeu detiveram-se devido ao contato abrangente com as línguas africanas e as nativas que existiam na Colônia.

3.3 Influência e contribuição jesuítica

Os jesuítas tiveram grande contribuição na formação do português no Brasil. Devido a seus atos catequéticos e seus ensinamentos para com os nativos, trouxeram uma nova identidade cultural e linguística à Colônia. Como primeira ordem religiosa a se instalar nas novas terras, teve como propósito a propagação do Catolicismo, devido ao fato de enfrentarem uma “disputa” de espaço com o avanço do Protestantismo.

Ao chegar às novas terras, os nativos existentes na Colônia que falavam a língua de tronco Tupi hesitaram e tentaram resistir aos ensinamentos dos jesuítas, tanto na catequese

quanto na tentativa de civilizar os nativos. Assim, os jesuítas tiveram que aprender a língua dos nativos para poder socializar-se com eles, a fim de catequizá-los e fazer negociações. Em virtude dessa aproximação maior dos jesuítas com os povos nativos, houve um contato muito importante para a língua brasileira entre os nativos e o Padre José de Anchieta.

Toda essa proximidade de Anchieta com os nativos resultou na criação de uma gramática da língua tupi, publicada em Coimbra, em 1595. A sua atuação na Colônia também foi documentada em diversas peças teatrais, utilizadas para a pregação da catequese aos nativos. Como teatrólogo, José de Anchieta conseguiu desenvolver nos nativos alguns trabalhos que os fizessem renunciar ao que os jesuítas chamavam de maus costumes. A dedicação dos jesuítas na catequização foi tanta que suas atividades educacionais espalharam-se por toda a Colônia, tornando-os uma forte influência na história da educação brasileira.

Com base nos preceitos cristãos, a língua portuguesa oriunda da Europa espalhou-se pela Colônia, que hoje é o Brasil, através da colonização portuguesa, mas a devida prática de instauração da língua dos colonizadores teve como principal atributo a propagação através dos jesuítas, em especial José de Anchieta, que efetuou traduções para que pudessem se comunicar com os nativos. A prática de registros bibliográficos da Companhia de Jesus também teve sua contribuição. Nos seus escritos, os jesuítas estudavam e documentavam a língua geral, que era uma língua comum aos portugueses e aos nativos, criada para estabelecer relações políticas e religiosas sobre os nativos, além de produzir literatura na língua tupi. Com a predominância da Companhia de Jesus e seus membros missionários, os jesuítas foram, em larga escala, os propagadores da língua portuguesa para os nativos e os tradutores da língua tupi para os portugueses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor este estudo, meu objetivo geral foi analisar a história da Companhia de Jesus e seus membros, em especial o Padre José de Anchieta, descobrir elementos linguísticos que ainda são utilizados na língua falada no Brasil no século XXI, apresentando um breve histórico de algumas ideias linguísticas desenvolvidas no Brasil sobre a origem do português brasileiro. Como objetivo específico, procurei encontrar as principais influências para a formação do português no Brasil e mostrar que a questão da gramatização brasileira não constitui, por si, uma questão nacional.

Busquei questionar a historicidade da língua que utilizamos e fazer uma reflexão acerca de todo o processo histórico-linguístico das línguas com que a Colônia brasileira teve contato no processo de colonização, sabendo-se que a colonização brasileira aconteceu no final do século XV pelos portugueses, mas que esse processo somente teve início alguns anos mais tarde. Durante esse período, ocorreram os primeiros contatos com os povos nativos que já habitavam o território.

Portugal, que era uma nação fortemente religiosa, seguindo preceitos do Cristianismo, trouxe membros jesuítas para converter os nativos de seus costumes e fazê-los religiosos. A pregação da fé católica e o trabalho educativo deram-se por meio dos jesuítas; entre eles, o Padre José de Anchieta, pertencente à Companhia de Jesus, tornou-se o missionário mais conhecido e atuante pelos povos. É com base na atuação de José de Anchieta que pode-se refletir sobre a sua influência na propagação da língua portuguesa e qual a sua relação com os povos nativos, em especial o tupi.

Tendo em vista quais foram as primeiras impressões que os jesuítas tiveram ao chegar às novas terras, foram consideradas as medidas tomadas por eles para que pudessem alcançar os objetivos que aqui os traziam. O estudo abordou, também, o trabalho de suma importância realizado pelo missionário José de Anchieta, que chega à Colônia em meados de 1553.

Tendo em vista os objetivos que se pretende alcançar por meio do presente trabalho, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, de caráter exploratório, cujos instrumentos de coleta de dados serão as análises de artigos científicos, a leitura e análise das obras de José de Anchieta e a leitura de livros com temas relacionados ao assunto da pesquisa. Com essa pesquisa, buscaram-se os principais autores, casos e publicações, que auxiliaram no atendimento dos objetivos do estudo.

A realização da pesquisa justifica-se pela importância do resgate da origem da língua falada no Brasil, de modo a apresentar alguns desenvolvimentos linguísticos sobre as origens

do português brasileiro desde o século XVI e, ainda, nuançar relações dialógicas estabelecidas em variadas dimensões do contato entre os povos nativos e a América Portuguesa, mostrando as ligações das análises da literatura catequética e das problemáticas decorrentes. Devido à formação do português brasileiro, torna-se relevante, também, trazer variantes que se tornam explicitadas em uma pesquisa de caráter linguístico-literária.

Minha contribuição para a historiografia com este projeto foi trazer ao cenário historiográfico uma nova leitura de fontes, uma nova abordagem à influência jesuítica na formação do português brasileiro, dando ênfase ao processo de colonização linguística da Colônia, mostrando aspectos da língua portuguesa brasileira utilizada no contexto atual.

Diante da importância linguística-cultural estabelecida entre o contato de línguas distintas, vale destacar que estudo foi de grande importância para meus conhecimentos profissionais. Não obstante, possuo entendimento das limitações deste estudo, que pode ser considerado uma primeira etapa de uma investigação mais ampla e conclusiva. Para um melhor seguimento do trabalho, poderia ter sido realizada uma pesquisa mais aprofundada da área da linguística e, até mesmo, da área da sociolinguística. De modo que este estudo não é conclusivo, há uma necessidade de que sejam feitas muitas pesquisas para que haja um avanço nessa área.

Em síntese, o presente estudo viabilizou interpretar aspectos de um importante período da história da cultura e da educação brasileira. Não se pode debater a educação no Brasil sem mencionar a atuação da Companhia de Jesus e seus missionários e de suas obras literárias com o intuito da catequização.

REFERÊNCIAS

- _____. Prefácio. In: RODRIGUES, Pero. *Vida do Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus*. 2ª ed. São Paulo: Loyola, 1978.
- ALENCAR, José de. *Iracema*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- ALENCAR, José de. *Ubirajara: Lenda Tupi*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. O Ensino de Línguas no Brasil de 1978. E Agora? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 1, n. 1, p. 15-29, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbla/v1n1/02.pdf>. Acesso em: 21 out. 2016.
- ANCHIETA, José de. *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição Fac-Similar. São Paulo: Loyola, 1990.
- ANCHIETA, José S. J. (1977) *Teatro de Anchieta*, ed. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1977.
- ANCHIETA, Pe. José de. *Diálogo da Fé*. Introdução histórico-literária e notas Pe. Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1988.
- AUROX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. Trad. Eni Orlandi, 1992.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. A comunicação humana. In.: FIORIN, José Luis. *Introdução à Linguística I*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOSI, Alfredo. *Dialéticas da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2001.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Introdução às Línguas Indígenas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Biblioteca Brasileira de Filologia, 1965.
- CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*. Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 11 out. 2016.
- CÂNDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: Momentos Decisivos*. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2007.
- CÂNDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- CARDOSO, Armando. *Lírica portuguesa e tupi*. Obras completas. ed. 5. São Paulo: Loyola, 1984.

CARDOSO, Armando. *Teatro de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1977.

CARVALHO, Nelly. *Empréstimos linguísticos na língua portuguesa*. São Paulo: Cortez, 2009.

CAXA, Q. *Vida e Morte do Padre José de Anchieta*. Introdução e aparato crítico de Joaquim Ribeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Geral de Educação e Cultura, Cultural Vida, 1957.

CAXA, Q.; RODRIGUES, P. *Primeiras Biografias de José de Anchieta*. São Paulo: Loyola, 1988.

Com ciência. A história do português brasileiro. *Linguagem: Cultura e Transformação*. Agosto 2001, n. 23. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling03.htm>> Acesso em: 25 out. 2016.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil Colonial. In: NEVES, F. M; RODRIGUES, E; ROSSI, E.R (ORG). *Fundamentos Históricos da educação no Brasil*. Maringá: EDUEM, 2005.

COSTA, Célio Juvenal; MENEZES, Sezinando Luiz. A educação no Brasil Colonial. In: NEVES, F. M; RODRIGUES, E; ROSSI, E. R (ORG). *Fundamentos Históricos da educação no Brasil*. Maringá, PR: EDUEM, 2005.

CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1982.

Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>. Acesso em: 24 out. 2016.

FILHO, Paulo Edson Alves. *As traduções do jesuíta José de Anchieta para o tupi no Brasil colonial*. Tradterm, São Paulo: v.17, p.11-30, 2010.

FIORIN, José Luis. *Linguagem e Ideologia*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1995.

FRANCA, Leonel. *O método pedagógico dos Jesuítas. O "Ratio Studiorum"*. Rio de Janeiro: AGIR, 1952.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província de Santa Cruz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (Coord.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. Editora Objetiva LTDA. 2006.

Instituto Socioambiental. *Povos Indígenas no Brasil: Quem vive onde?* Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt>> Acesso em: 01 nov. 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem; escravos e negros libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, Serafim. *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil*. São Paulo: Ed. IV Centenário, 1954.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Edição Fac-Símile Comemorativa dos 500 anos da Descoberta do Brasil. 10 vol. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

LEITE, Yonne. A Gramática de Anchieta. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 163, p. 24-47, ago. 2000.

LEITE, Yonne. A Gramática de Anchieta. *Revista Ciência Hoje*, v. 28, n. 163, p. 42-47, 2000. Disponível em: http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/artigo:leite-2000/leite_2000_anchieta. Acesso em: 28 set. 2016.

LERY, Jean de. *Viagem a Terra do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como processo bipolarizador: tendências atuais nas normas culta e popular. In: GROBE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Org.). *Substandard e mudança no português do Brasil*. Frankfurt: TFM, 1998, p.1-26.

MAIA, Pedro Américo. *José de Anchieta: o apóstolo do Brasil*. Rio de Janeiro: Loyola/CANAN, 2004.

MARIANI, Bethania. *Colonização Linguística: Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e Estados Unidos da América (século XVIII)*. Campinas: Pontes, 2004.

MIRANDA, Margarida. *Código pedagógico dos jesuítas: Ratio Studiorum da Companhia de Jesus*. Campo Grande: Esfera do Caos, 2009.

NAVARRO, Eduardo Almeida. *Anchieta: Vida e Pensamentos*. São Paulo: Editora martin Claret, 1997.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Anchieta: Vida e Pensamento*. São Paulo: Martin Claret, 1997.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. *Método Moderno de Tupi Antigo: A língua do Brasil dos primeiros séculos*. 2ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo, globo, 2006.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

NÓBREGA, Manoel da. *Cartas jesuíticas I*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1988.

NOLL, Volker; DIETRICH, Wolf. *O Português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

PEREIRA, Paulo Roberto. *500 anos de Brasil na Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras. Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Presença, 1950.

STADEN, Hans. *Duas viagens ao Brasil*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1974.

STADEN, Hans. *Suas Viagens e Cativo entre os índios do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VILELA, Mário. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.